



RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA DELEGAÇÃO DA ADUFERPE NO 34º CONGRESSO NACIONAL DO ANDES-SN

Relatório Unificado

Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos, Dever do Estado.

Rua Manoel de Medeiros, s/n – CEP 52171-900 Dois Irmãos – Recife/PE.

CNPJ – 08.962.029/0001-66 Fone (81) 3320-6077

End. Eletrônico: www.aduferpe.org.br E-mail: secretaria@aduferpe.org.br

aduferpe@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O relatório unificado, de participação da ADUFERPE no 34º Congresso do ANDES-SN, foi instituído pela diretoria da entidade (biênio 2013-2015) e objetiva dar ciência aos(às) filiados(as) das ações sindicais realizadas pela entidade. Formado por relatórios de delegados(as) e observadores(as)/suplentes, eleitos em assembleia de docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, cada relato expressa a síntese e posição política do(a) representante desta seção no Congresso.

O maior evento do sindicato nacional dos(as) docentes foi realizado em Brasília, no período de 23 a 28 de fevereiro de 2015. O Congresso contou com a participação de 73 Seções Sindicais, 342 delegados, 62 observadores, 5 convidados e 33 diretores do ANDES-SN. Seu tema, *Manutenção e Ampliação dos Direitos dos Trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação*, reflete significativamente a posição do sindicato diante dos desafios e objetivos do ANDES-SN.

A delegação da ADUFERPE foi escolhida em Assembleia, realizada em Garanhuns, Serra Talhada e Recife, em janeiro de 2015.

Recife, maio de 2015.

Secretaria Geral da ADUFERPE

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 34º Congresso do ANDES-SN

Delegado: Antônio Henrique Cardoso do Nascimento

Forma e data da escolha das (os) delegadas(os): A forma de escolha foi por decisão em Assembleia local realizada no dia 15/01/2015, às 15h, no Auditório da UAST.

Denominação do evento: 34º Congresso do ANDES-SN

Organização do evento: ANDES

Tema do evento: Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação

Período de realização: 23 a 28 de fevereiro de 2015

Localidade do evento: Auditório da Legião da Boa Vontade (LBV) - Brasília-DF.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

Discussão e deliberações:

Texto de Resolução nº 25:

O item A - No Âmbito dos SPF: foi aprovado com modificações de inclusão como subitem 1.1 a 1.20 suprimindo o item 2 do texto do caderno.

Ficando da seguinte forma:

1.1 Pauta unitária da campanha salarial dos SPF para 2015 definidos na reunião ampliada dos SPF em Janeiro de 2015:

1 Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;

2 Índice linear de 27,3%

3 Data base 1 de maio

4 Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT)

5 Paridade Salarial entre ativos e aposentados

6 Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores

7 Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores

8 Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes

9 Anulação reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares

- 10 Extinção do fator previdenciário
- 11 Incorporação de todas as gratificações produtivistas
- 12 Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores
- 13 Concurso público pelo RJU
- 14 Combate a toda forma de privatização
- 15 Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
- 16 Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais
- 17 Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.
- 18 Pec 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez
- 19 Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízos as promoções e progressões na carreira
- 20 Pela revogação do FUNPRESP e da EBSEH.

O item B- Quanto à pauta específica e agenda do setor: Os pontos 1, 4, 5, 5.4a, 5.4b e 5.4c: Foram aprovados com modificação do texto do caderno, ficando a redação da seguinte forma:

- 1- A defesa do caráter público da educação e a garantia da função social da IES em prol da classe trabalhadora; projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal, condições de trabalho, luta e salário contra a reforma da previdência (revogando as MPs 664 e 665/2014).
 - 4- Que as secções sindicais no ano de 2015, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação da carreira docente, considerando a vigência da Lei nº 12.772/12 e da Lei 12.863/13, e os desdobramentos da implantação das referidas leis através de resoluções sobre promoção/progressão e RSC em cada IFE, conclamando para intensificar a luta pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação, incluindo material contra a FUNPRESP.
- 5.4) Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes pontos:
- a) cargos/vagas: cobrar a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos administrativos) em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao banco do professor equivalente, número de

docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

b) Infraestrutura e orçamento: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, destacando as insuficiências e as impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre acordos com o governo a respeito das obras e o orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimentos e HUs, incluindo os recursos do acesso e permanência estudantil;

c) Democracia: Denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, assim como, a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC, a criminalização/punição do direito de divergir, bem como, as atitudes autoritárias de Reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH;

Os pontos 2, 3, 5.1; 5.2, 5.3; e 5.4d foram aprovados integralmente, neste caso a redação permaneceu da seguinte forma:

2- Desencadear, a partir do 34º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos, que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário.

3- Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação com o Governo, de acordo com o posicionamento do setor da IFE, tendo com referencia a pauta de reivindicações aprovadas no 34º Congresso.

5.2 Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2015, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referencia o Plano de Lutas aprovado no 34º Congresso.

5.3 Dar visibilidade nacional às ações de enfrentamento sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, em relação à pauta de reivindicações aprovada no 34º Congresso.

5.4d) Destacar outras situações que resultem em precarização ou ataques específicos, tais como: aposentadoria; adoecimento docente; assédio moral; opressões machistas, homofóbicas, racistas e outras; campi descentralizados,

hospitais universitários; CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas. Recomendação para o GTPE debater: a proposta de reserva de vagas nos processos seletivos para estudantes locais, visando aumentar o impacto local, social das IFES no âmbito da precarizada expansão universitárias.

O item C- Quanto a CARREIRA E SALÁRIO: Teve todos os pontos aprovados integralmente, permanecendo a redação da seguinte forma:

- 6- Que as seções sindicais utilizem, para a discussão dos critérios para o desenvolvimento na carreira, o documento assinado pelo MEC e ANDES-SN no dia 23 de abril de 2014, onde constam os princípios da proposta de carreira do ANDES-SN.
- 7- Que as seções sindicais tenham como referencia a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFES, destacando os princípios estabelecidos no Art. 14, do nosso projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.
- 8- Que as seções sindicais enfatizem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito a importância da qualificação dos professores, com vistas a garantir direitos trabalhistas negligenciados pelo RSC.
- 9- Que a ANDES-SE aprofunde a discussão sobre o RSC e seus impactos na carreira EBTT.
- 10- Denunciar as práticas autoritárias utilizadas pelas administrações superiores nos processos de regulamentação da progressão, promoção e RSC.
- 11- Que o ANDES-SN atualize os estudos sobre as perdas salariais evidenciando as distorções salariais impostas pela Lei nº 12772/2012 e Lei nº 12863/13.
- 12- A partir do levantamento realizado sobre as resoluções ou minutas sobre promoção e progressão na carreira, aprofundar a análise, tendo como elemento central a discussão sobre a democracia, autonomia e precarização do trabalho docente nas IFES.
- 13- Atuar nas diversas instâncias em cada IFE para que não sejam criadas barreiras que dificultem a progressão/promoção dos docentes na carreira, e para que os critérios sejam definidos no âmbito da autonomia universitária, aprofundando a discussão sobre a carreira única do professor federal com os docentes.

- 14- Que as seções sindicais lutem para que os efeitos financeiros e funcionais das promoções/progressões sejam contados a partir da data em que o docente cumpre o interstício de vinte e quatro meses na classe e/ou nível, percebendo remuneração retroativa a partir desta data (conforme apontado pelo Parecer da AJN do ANDES-SN).
- 15- Que as seções sindicais intensifiquem a divulgação do material elaborado em 2014 (vídeos, textos, cartaz e peças de divulgação), que explicita as nefastas consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores.

O item D- Quanto a PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO: O ponto 16 foi aprovado com modificação do texto do caderno, ficando a redação da seguinte forma:

- 16- Lutar para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramentas de vigilância e subnotificação do trabalho nas IFE, tais como a utilização do ponto eletrônico para controle da jornada de trabalho docente.

O ponto 17 foi aprovado integralmente, neste caso a redação permaneceu da seguinte forma:

- 17- Utilizar os dossiês sobre precarização do trabalho como ferramenta de denunciar no interior e fora das IFES e de mobilização da categoria um busca de melhores condições de trabalho, ampliando a produção de outros dossiês locais que registrem os problemas vivenciados pela IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc.

O item E- Quanto a FUNPRESP/EBSERH/FUNDAÇÕES/OS: Com exceção do ponto 21 todos os pontos foram aprovados integralmente, ficando a redação da seguinte forma:

- 18- Que as seções sindicais realizem levantamento sobre as ações que o governo e as administrações locais das IFE estão utilizando para a adesão dos docentes ao Funpresp.
- 19- Intensificar o trabalho junto aos docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a adesão ao FUNPRESP representa, indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência, denunciando as iniciativas de assédio aos docentes para adesão ao referido Fundo.

- 20- Dar continuidade às estratégias de unidade entre ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA e o movimento estudantil, com objetivo de construir agendas de debates e lutas constantes visando combater a EBSEH, precarização nas IFE, FUNPRESP e a implementação do PNE.
- 21- Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES, e denunciando ao Ministério Público as irregularidades.
- 22- Denunciar as iniciativas do governo em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais (OS), tal como foi recentemente divulgada pelo presidente da CAPES com aval do MEC.

23- CRONOGRAMA DA CAMPANHA

Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2015: (a construção da campanha específica do setor está em andamento e seus desdobramentos serão apontados no 34º Congresso): CRONOGRAMA DA CAMPANHA:

Aprovar o cronograma da Campanha do setor em 2015:

- Entre 2 e 6 março – protocolar a pauta dos docentes das IFE no ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação;
- 06 de março: Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e a EBSEH
- Mês de março – enviar para as seções sindicais informANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria;
- De 16 a 25 de março – rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discutir a mobilização da categoria, atualização da pauta local, SPF e a definição de estratégias de luta e negociação;
- Dias 27 e 28 de março – Reunião do Setor das IFES, em Brasília, pautando a mobilização da categoria docente e a definição das estratégias de luta e negociação;
- Enviar em março para as seções sindicais inforANDES especial, frente e verso, e disponibilizar na página do ANDES para mobilização da categoria.

Foram acrescentados no TR 25 os seguintes itens:

- a- Combater os critérios Qualis e Capes e outras plataformas congêneres, que induzem a uma produtividade e competitividade prejudicando as condições de trabalho e impactando negativamente na saúde do professor.
- b- Garantir a isonomia entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC
- c- Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente tem imposto aos professores aposentados exigindo o reenquadramento dos aposentados na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras (novo item 11).
- d- Denunciar as práticas autoritárias de políticas de remoção e afastamento para qualificação.
- e- Realizar em Assembleia a pauta específica e agenda do setor: 3. Deliberar, a partir da avaliação da base, sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de mobilizar a categoria para a construção da greve nos dias 27 e 28 de março de 2015.

Os textos de Resolução nº 26 e 28 que tratavam sobre: O AVANÇO DA HETERONOMIA NA ACADEMIA E REAJUSTE SALARIAL E CARREIRA DOCENTE: PAUTAS PRIORITÁRIAS PARA 2015 respectivamente foram suprimidos.

O texto de Resolução nº 27 que trata sobre: UMA MINORIA OPRIMIDA DEMANDA APOIO DO ANDES-SN, foi aprovado com texto de compatibilidade.

Os textos de Resolução nº 29 que trata sobre: PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES, no ponto 1- Geral teve todos os itens aprovados integralmente ficando a redação da seguinte forma:

- a- Contruir, onde não existam, ou fortalecer, onde já existam, fóruns dos três segmentos acadêmicos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) nas/das IEES/IMES, com o fim de fortalecer lutas unitárias
- b- Lutar contra os processos de avaliação docente orientados pelo produtivismo, oriundos seja das administrações das Universidades, seja das agências de fomento, defendendo parâmetros qualitativos.
- c- Realizar, no segundo semestre de 2015, o XIII Encontro do Setor das IEES-IMES, com tema a ser definido pelo setor.
- d- Realizar, no segundo semestre de 2015, o Seminário Nacional sobre a Federalização e Financiamento das IEES/IMES.

- e- Realizar um Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previstos para o dia 27 de maio de 2015.

No ponto 2: SOBRE O FINANCIAMENTO: Alguns itens foram aprovados com modificações, no entanto, a grande maioria foram aprovados integralmente, ficando a redação final da seguinte forma:

- a- Intensificar a luta, em cada estado, pela vinculação e aumento de verbas para a educação em geral e para as universidades estaduais e municipais, considerando o “total do produto” da receita de impostos ou tributária. Continuar intervindo por meio de mobilizações:
 - I. Na LDO e na LOA
 - II. Nos Planos Plurianuais de governo.
- b- Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:
 - I Campanhas salariais
 - II Defesa do teto salarial em cada estado – e seus municípios – de 90,25% de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
- c- Realizar estudos e análises das contas públicas e orçamento, com foco no financiamento e evolução salarial dos servidores das IEES-IMES;
- d- Proceder, em conjunto com as seções sindicais, levantamento, no plano estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das universidades estaduais/municipais, solicitando, se necessário, assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese);
- e- Realizar pesquisa sobre a dívida de estados e municípios, e suas implicações para o financiamento das IEES-IMES;
- f- Cobrar transparência dos governos sobre transferência de recursos para pagamento de dívidas públicas e divulgar suas implicações sobre o cumprimento das obrigações dos diversos entes federados em relação aos direitos sociais fundamentais, como educação e saúde;
- g- Denunciar o comprometimento dos orçamentos dos estados e municípios em face de suas dívidas com a União;
- h- Integrar e fortalecer comitês e jornadas de lutas locais em defesa da educação, por 10% do PIB para educação pública já, conforme definido no Encontro Nacional da Educação (ENE), incorporando a demanda de financiamento das estaduais e municipais;

- i- Reforçar o combate nos estados e municípios contra a transferência de recursos públicos para o setor privado, como o ProUNi e Fies, e outras similares que estão sendo implantadas nos estados.

No ponto 3: DEMOCRACIA E AUTONOMIA: Alguns itens foram aprovados com modificações, no entanto, a grande maioria foram aprovados integralmente, ficando a redação final da seguinte forma:

- a- Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas;
- b- Divulgar as experiências de realização de Estatuintes nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais);
- c- Defender a democratização da gestão universitária com:
 - c.I Eleição direta para todos os cargos dirigentes e conselheiros, com processo realizado e finalizado na própria universidade;
 - c.II Garantia de autonomia e democratização nas relações das instâncias deliberativas da universidade e desta com o governo.

No ponto 4: SOBRE A FEDERALIZAÇÃO: Alguns itens foram aprovados com modificações, no entanto, a grande maioria foram aprovados integralmente, ficando a redação final da seguinte forma:

- a- Aprofundar a discussão da temática Federalização/Estadualização das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais e municipais, considerando a sua relação com a expansão sem qualidade do ensino superior público associado, cobrando a responsabilidade dos governos;
- b- Realizar estudos e produzir pareceres sobre a situação funcional e trabalhista dos servidores em caso de federalização/estadualização;
- c- Esclarecer as condições jurídicas e operacionais da inversão de recursos federais e da utilização da capacidade instalada das IEES/IMES;
- d- Problematizar as implicações acerca da implementação de cursos em IFE na mesma área de abrangência das IEES/IMES, com foco na estratégia de desresponsabilização dos governos estaduais e municipais com o ensino superior.

O ponto 5: SOBRE A COMISSÃO DA VERDADE. Foi remetido para o Texto de Resolução nº 34.

O texto de Resolução nº 30 que trata sobre: PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES teve todos os seus itens aprovados integralmente, deste modo, a redação final da ficou assim:

- 1- Que as Secretarias Regionais realizem reuniões em 2015, com o objetivo de discutir temas educacionais dirigidos ao cotidiano docente do Setor das IPES, organizando fóruns, encontros ou seminários.
- 2- Fortalecimento da organização do Setor das IPES, a partir da nucleação em torno de segmentos que ainda apresentam algum nível organizativo, as Associações de Docentes (AD) existentes nas Católicas e Metodistas, com o apoio político das Secretarias Regionais;
- 3- Criação e alimentação de arquivo que permita o registro das atividades realizadas pelo Setor das IPES, Associações Docentes e Seções Sindicais;
- 4- Realização, por intermédio da Subseção do Dieese no Andes-SN, de um levantamento, a partir dos dados da PNAD, sobre os docentes da Educação Básica pública e publicizado em sua Nota Técnica nº141, de outubro de 2014.
- 5- Que as Secretarias Regionais verifiquem em seus respectivos estados:
 - 5.1 Se ocorreram iniciativa de discussão e denuncia, em particular nas Assembleias Legislativas, acerca de desrespeito aos direitos trabalhistas de docentes e aos direitos dos estudantes das IPES receberem um ensino de boa qualidade;
 - 5.2 Nos casos em que foram instaladas CPIs sobre essa temática, por exemplo, em São Paulo (ALESP) e no Rio de Janeiro (ALERJ), pressionem para que as denúncias confirmadas resultem em ações efetivas do poder publico contra as IPES implicadas, por meio de pedidos de realização de audiências publicas nas comissões de educação, entre outras formas de pressão politica.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

Em um ano em que temos uma nova conjuntura política do país, com ajustes fiscais, cortes no orçamento e retiradas de conquistas históricas dos trabalhadores “Uma das consequências do congresso foi uma melhor preparação dos professores (delegados) para os possíveis enfrentamentos”. Que a partir deste momento possamos angariar as nossas principais reivindicações como o reajuste linear de 27,3%, política salarial

permanente, com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias e paridade salarial entre ativos e aposentados.

Serra Talhada, 18/03/2015.

Antônio Henrique Cardoso do Nascimento
Delegado da ADUFERPE-Seção Sindical do ANDES-SN/Serra Talhada

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 34^o CONGRESSO DO ANDES-SN

Delegado: Argus Vasconcelos de Almeida

Forma e data da escolha: Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2015

Denominação do evento: 34^o Congresso do ANDES-SN

Organização do evento: ANDES-SN

Tema do evento: Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação

Período de realização: 23 a 28 (29) de fevereiro de 2015

Localidade do evento: Brasília

Conjuntura

O segundo governo Dilma é muito mais frágil que o anterior. A economia está em crise e aponta para uma estagnação do PIB, talvez com crescimento negativo em 2014 e 2015. O Brasil deixou de fora os setores mais dinâmicos da acumulação capitalista. Além disso, os investimentos em infraestrutura e as obras inacabadas do PAC foram totalmente insuficientes. As crises de energia elétrica e hídrica no sudeste demonstram isso.

Com a crise, estreitam-se as margens para o social-liberalismo do governo, e ele é obrigado a aplicar as políticas de ajuste fiscal. Tais políticas implicam em aumento da exploração: ataques aos direitos da classe trabalhadora. Há um aumento do mal estar, com a elevação das tarifas de combustível, energia, alimentos, inflação, arrocho salarial, demissões, desemprego e privatizações.

O governo tem pela frente uma situação muito difícil: crise econômica mundial e nacional, uma oposição burguesa fortalecida, congresso nacional mais conservador, uma base eleitoral no congresso insatisfeita, um movimento de massas e uma maioria da população que quer mudanças, mais e melhores serviços públicos e condições de vida, uma crise na Petrobrás de corrupção monumental, maior que o mensalão, que sangra o PT. O governo do PT, em face da situação, tenta se ancorar no imperialismo e na burguesia, montando um ministério e uma equipe econômica para contemplá-los e ganhar certa estabilidade.

Não há por parte do imperialismo e nem por parte de um setor da burguesia uma política de golpe como avaliam certas correntes do PT de diversos matizes. A tendência

é que aumentem os ataques ao movimento de massas e às condições de vida da população, o que pode agravar o descontentamento e gerar um aumento das lutas.

Frente a este cenário, o PT tentará aparecer como “renovação” em 2018, com a candidatura Lula “contra a direita”. Busca implementar a fórmula mágica: ser governo, fazendo a política exigida pelo imperialismo e a burguesa contra a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, orientar suas entidades (como a CUT) e movimentos a não se desconectar do movimento de massas, a dirigir e controlar certas lutas contra os patrões e certas medidas do governo. Quer dizer, de um lado aplicar sua política contra a classe trabalhadora de neoliberalismo puro e duro; e por outro, a “defesa da democracia”. É assim que conformaram a “Frente em defesa das Reformas Populares”, que é contra a direita, mas não contra o governo. Saudamos a posição do Andes que, coerentemente com toda a discussão feita em seus espaços democráticos, não embarcou na canoa furada do plebiscito pela constituinte. Pelo contrário, participou ativamente dos processos reais da luta dos trabalhadores.

Não alimentamos nenhuma confiança nas direções burocráticas da CUT, CTB e Força Sindical. Mas é fundamental o fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação, a partir da CSP-Conlutas, de forma a organizar os setores que de fato enfrentam a apolítica do governo federal.

Nosso posicionamento político é de oposição ao governo do PT e à oposição de direita. Buscamos apostar na mobilização e organização da classe trabalhadora e da juventude, na disputa da consciência, das lutas e ações do movimento de massas. Seguir avançando na defesa do Socialismo, como alternativa à barbárie capitalista (*extrato do documento sobre a conjuntura da Coordenação do Coletivo Andes em Luta – CAEL*).

Deliberações e encaminhamentos sobre Política Sindical (Tema II)

Intensificar nossa participação na CSP-Conlutas, para sua consolidação e enraizamento da base da nossa categoria, mas reconhecendo a necessidade de qualificar essa participação por meio de realização do debate político interno na base da categoria;

Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça em todos os Estados do país como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora;

Fortalecer, nos setoriais da CSP-Conlutas, a organização de campanhas pela revogação do FUNPRESP, bem como qualquer regime de previdência privada complementar;

Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2015;

Defender, juntamente com a CSP-Conlutas, o direito irrestrito de greve, lutando contra a aprovação dos PLs 327/2014 e 449/2014 e similares que, na prática, o suprimem. Apoiar as lutas contra as demissões e participar dos fóruns que lutam pela garantia do emprego;

Participar da organização do Congresso da CSP-Conlutas e estimular a base do sindicato a discutir e contribuir no Congresso por meio de realização de encontros preparatórios em cada sindicato e/ou regionais para serem consolidadas em um CONAD extraordinário a ser realizado na mesma cidade do Congresso da CSP nos dias imediatamente anteriores, tendo como pauta: as contribuições do ANDES-SN ao 2º Congresso da CSP-Conlutas;

A Diretoria do ANDES-SN, em nível nacional e as diretorias de suas Seções Sindicais, em nível local e regional, levem para as reuniões do Espaço Unidade de Ação, da CNESF, do Fórum dos Servidores Federais, da CSP-Conlutas e de todos os demais fóruns de organização dos trabalhadores dos quais participam, a proposta de uma campanha nacional pela ratificação, por parte do Governo Brasileiro, da Convenção 87 da OIT a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unidade sindical;

Que nas mídias impressa e digital do ANDES-SN sejam veiculadas informações sobre a liberdade de organização sindical auxiliando, com isso, no trabalho de formação na base;

Intensificar ações de mobilização junto aos professores das IES em defesa da liberdade de organização sindical e do direito dos professores se organizarem e se fazerem representar no ANDES-SN.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE

As deliberações e encaminhamentos sindicais do 34^o Congresso do ANDES-SN apontam para o acerto político da filiação da ADUFERPE à CSP-Conlutas estadual e nos coloca o desafio de discutir e deliberar sobre o processo de enraizamento na Central estadual. Num primeiro momento, precisaremos discutir a nossa participação no CONAD extraordinário, apresentando contribuições para o 2^o Congresso da CSP-Conlutas.

Recife, 2 de março de 2014

Argus Vasconcelos de Almeida

**Delegado da ADUFERPE-Seção Sindical do ANDES-SN/Recife
Departamento de Biologia**

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Observador/suplente: Flávio Dantas A. Melo

Forma e data da escolha das (os) delegadas (os): Eleição Nominal- Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2015

Denominação do evento: 34º Congresso do Andes-SN

Organização do evento: Andes-SN

Tema do evento: Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação.

Período de realização: 23 a 28 de fevereiro de 2015.

Localidade do evento: Brasília

Conjuntura¹:

A disputa eleitoral em 2014 expôs o grau de acirramento da luta de classes no Brasil. Uma vitória eleitoral de Dilma arrancada nas ruas com muito esforço e garra da militância, com participação de docentes, contra a direita reacionária. Vitória esta que não apaga o fato de que o Congresso eleito em 5 de outubro ser o mais reacionário desde o fim da ditadura militar e em 2015 terá mais 27% de empresários, mais 23% de ruralistas e menos 44% de sindicalistas.

Num mundo afundado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões com previsão de aumentar segundo a OIT, o imperialismo busca via guerras e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores e povos impor sua política desagregadora.

No Brasil nada está dado, pois apesar das conquistas obtidas com luta nos governos Lula e Dilma (aumento 70% salário mínimo, mais universidades, etc.), a indústria demitiu 240 mil operários até setembro, a desigualdade social ainda é enorme e os bilhões dados aos especuladores pelo superávit primário faltam nos serviços públicos. Esse é o terreno que a direita e a mídia tentam impor a proposta dos derrotados nas urnas em 2014.

¹ Exposição da Análise de conjuntura conforme as TR's 28 e 53 debatidas e defendidas no 34º Congresso do Andes.

Na virada do ano de 2014 o governo federal editou duas Medidas Provisórias (664 e 665) justificando “corrigir distorções e fraudes” em direitos sociais, mas que segundo a Nota das centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, Nova Central, CSB) “atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-PASEP), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas”. A nota destaca que as medidas “vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas” e, concluem “de forma unânime as Centrais Sindicais reivindicam a revogação/retirada dessas MPs”.

Em aberta contradição com o discurso eleitoral e de posse da presidente – que não reduziria direitos trabalhistas – as MPs atacam os setores mais vulneráveis, os trabalhadores de baixa renda e os que ingressarem no mercado de trabalho, dificultando o acesso ao seguro desemprego (exigindo 18 meses de trabalho para o 1º acesso, num país campeão de rotatividade), à pensão por morte (reduzida em até 50%) e ao abono salarial do PIS/Pasep (antes concedido após 1 mês de vínculo, passaria a exigir 6 meses), para ficar nos exemplos mais gritantes. Isso para alcançar uma “economia” de 18 bilhões de reais para engordar o caixa do superávit fiscal primário, enquanto só de desvio de dinheiro público para beneficiar empresas (isenções e desonerações) o Tesouro renunciou a 200 bilhões de reais (dados do Dieese).

A maioria da nação que reelegeu Dilma exigiu mudanças como a melhoria dos serviços públicos e não ajuste para drenar dinheiro para o superávit fiscal como realiza o plano Levy (ministro da fazenda) provocando, dessa forma, manifestações a favor dos interesses e necessidades da classe trabalhadora, quais sejam: Ato realizado no dia 28/01 em todo o país todas as centrais sindicais exigiram em uníssono que o governo Dilma retire as MPs 664 e 665; Ato realizado no dia 26 de fevereiro em São Paulo na 9ª Marcha da Classe trabalhadora; Ato no dia 13/03 em defesa dos direitos, contra as Medidas Provisórias (MP's) 664 e 665, pela Reforma Política através de uma Constituinte e em defesa da Petrobras puxada pela CUT e movimento populares que se ocorreu em 25 capitais com mais de 100 mil trabalhadores e jovens.

Neste cenário urge a necessidade de abrir um caminho para as mudanças de fundo que a nação exige e que seguem travadas pelas instituições herdadas da ditadura militar como o Congresso Nacional. Com as manifestações de junho de 2013 revelou-se um fosso entre o povo e as instituições no país exigindo mudanças profundas no sistema político brasileiro. Desde novembro de 2013 a unidade de 507 organizações sindicais,

populares e partidárias (entre elas a CUT, a UNE, o MST) na Campanha do Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte foi um passo importante.

Durante meses milhares de militantes, centenas de manifestações, debates e reuniões culminaram numa votação histórica na semana da pátria (setembro 2014) com cerca de 7,5 milhões de votantes dizendo SIM para uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva para reformar o sistema político brasileiro.

Enfrentando forças reacionárias, sustentada pelo imperialismo com seus partidos e a mídia, que não querem mudanças no país atacaram esta proposta reafirmada por Dilma na semana seguinte a sua reeleição. Deparando-se com obstáculos daqueles que acusaram esta campanha de “divisionismo”, posicionando contra o Plebiscito da Constituinte como a CSP- Conlutas e a direção do Andes, centenas de docentes juntaram-se a esta mobilização de milhões para exigir as mudanças que o povo quer. Esta campanha é uma vitória da mobilização popular que adentrou na campanha eleitoral de 2014 como um divisor de águas para a vitória daqueles que lutam por mudanças radicais no país.

O resultado da votação no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político foi entregue a Dilma em 13 de outubro num ato político em Brasília, faltando duas semanas para o 2º turno, quando esta declarou apoio à iniciativa, fato que não pode ser menosprezado nem pela mídia. A reforma política deve ser uma prioridade no país, deve ser a “primeira reforma a ser feita”, através de Plebiscito oficial da Constituinte.

O nosso lado é com os trabalhadores e o povo, não com os banqueiros e a imprensa. A luta exige unidade contra os exploradores que querem as coisas como estão, que defendem as instituições atuais herdadas da ditadura militar, como a reação conservadora do PSDB, apoiado pelo PMDB e pela mídia. Por isso, neste momento é necessária uma ampla unidade daqueles que querem verdadeiras mudanças no país.

Dessa maneira, o momento é fundamental para os docentes, os embates sobre carreira e condições de trabalho continuam na ordem do dia. Na rede federal a discussão salarial deve ser intensificada, uma vez que em março/2015 deverá ser executada a última parcela do reajuste. Nas redes estaduais o sucateamento e os cortes no orçamento no final de 2014 acentuaram a crise.

O Brasil precisa de novas instituições, o povo quer mudanças de verdade. Com esse congresso não dá. Muitas reivindicações dos docentes e demais trabalhadores estão

lá emperradas no parlamento, por isso a urgência de uma Constituinte da Reforma Política.

O ANDES-SN que tem na sua história a participação ativa em plebiscitos populares (Contra a ALCA, Anulação do Leilão da Vale), foi impelido em 2014 a virar as costas para as mais de 500 organizações dos trabalhadores que participaram do Plebiscito, aos milhões de votos coletados, ficando ausente desta grande mobilização unificada dos trabalhadores brasileiros. De forma sectária, divisionista e preocupante a direção do ANDES/CSP-Conlutas não só ignorou a significativa participação da categoria na campanha como combateu contra o Plebiscito.

Mas a quem interessa o sistema político como está com instituições como o Congresso Nacional que barra a pauta dos docentes e a pauta do povo? Alegar falta de “pernas” ou desqualificar a proposta dessas organizações como “governistas” ou como “cortina de fumaça” faz jus ao histórico de luta do ANDES-SN? A quem interessou o ANDES-SN não participar dessa ação? Não é aos docentes e aos trabalhadores desse país.

É preciso fazer o balanço das consequências desta política. Isso não pode se repetir em 2015.

O contexto do conflito classista exige que avancemos na unidade da classe para, em conjunto com a maioria, conquistarmos um Plebiscito oficial da Constituinte. Precisamos mobilizar para cobrar do governo, com toda a autoridade, as reivindicações da maioria explorada e oprimida. Consideramos que os docentes das IES precisam estar próximos aos demais trabalhadores, isso exige que o ANDES-SN participe da campanha do Plebiscito Oficial pela Constituinte.

Nesta via se ampliará a possibilidade de abrir caminho para as demandas do povo travadas neste Congresso Nacional como a redução da jornada para 40h sem redução de salário, a reestatização das empresas privatizadas, a reforma agrária, o fim do superávit fiscal primário, aumento de verbas para educação, saúde e transporte públicos.

Esse movimento da maioria explorada e oprimida é um fator de ânimo e impulso que pode contribuir para a nossa luta pela reestruturação da carreira docente, por melhores salários, e para conquistarmos uma educação pública, gratuita e de qualidade no país.

Discussão e deliberações:

Em linhas gerais² a campanha do setor das federais ocorrerá em conjunto com demais servidores públicos federais³, com uma pauta unificada. Em março já terão início as assembleias de construção da greve com o seguinte calendário de luta, a saber:

No mês de Fevereiro:

25 de fevereiro: Ato de lançamento da Campanha Salarial 2015 em Brasília (DF), no MPOG (Bloco K), com concentração às 9h;

25 de fevereiro: Dia Nacional de Luta com atos, assembleias e paralisações nos estados;

Mês de março:

Jornada de Luta nos estados, com discussão sobre indicativo de greve;

6 de março: Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e contra a Ebserh;

7 a 9 de abril: Jornada Nacional de Lutas, em Brasília com discussão sobre indicativo de greve dos SPFs.

Esse calendário de luta gira em torno de uma linha política calçada em 20 eixos, quais sejam:

1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
2. Índice linear de 27,3%;
3. Data-base 1º de maio;
4. Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT);
5. Paridade Salarial entre ativos e aposentados;
6. Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores;
7. Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores;
8. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
9. Anulação da reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares;
10. Extinção do fator previdenciário;

² Que expressam as correlações de forças políticas por dentro e por fora do ANDES-SN.

³ Conforme <http://www.andes.org.br/andes/print-principais-noticias.andes?id=109>

11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;
12. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores;
13. Concurso público pelo RJU;
14. Combate a toda forma de privatização;
15. Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
16. Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais;
17. Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial;
18. Pec 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez;
19. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira;
20. Pela revogação do FUNPRESP e da EBSEERH;

Os quais demandam mobilizações e campanhas, a saber:

1. Campanha nacional pela suspensão de toda criminalização aos movimentos sociais.
2. Campanha nacional pela melhoria dos serviços públicos e contra o desmonte do estado praticado pelo governo.
3. Reorganizar os Fóruns Estaduais dos Servidores Públicos Federais.
4. Indicar discussão nas bases das categorias, durante a jornada de março, sobre indicativo de greve por tempo indeterminado.
5. Pressionar o congresso pela aprovação de projeto de lei sobre a negociação coletiva (Convenção 151).
6. Campanha pela suspensão do pagamento da dívida pública e realização de Auditoria da dívida pública, como previsto na Constituição.
7. Pela Revogação das MPs 664 e 665, entre outras, que retiram direitos dos trabalhadores.
8. Cobrar no STF o julgamento da data-base.
9. Lutar pelo aumento salarial dos trabalhadores.
10. Pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais dos trabalhadores da iniciativa privada, sem redução salarial.
11. Transposição dos anistiados para o RJU (lei 8112/90).
12. Campanha pela liberdade de organização sindical nos locais de trabalho.

13. Campanhas por uma política adequada de saúde do servidor e combate ao assédio moral/sexual e às opressões.
14. Readmissão dos temporários demitidos na greve do IBGE.
15. Realizar Seminário nacional sobre precarização, terceirização e privatização no serviço público.
16. Confeção de um jornal em comum das entidades para a campanha salarial 2015, inclusive envolvendo temas nacionais, como a crise da água e energética.
17. Pela revogação das orientações normativas que mudaram os critérios para concessão de insalubridade e periculosidade.
18. Pela Petrobras 100% estatal e nacional. Pela condenação de corruptos e corruptores da Petrobrás.
19. Campanha pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH.
20. Repudiar toda forma de terceirização, precarização e privatização.

Deliberações aprovadas: No Tema 3 (Plano de lutas dos Setores) as TR's aprovadas com e sem modificações: 25, 27, 29 e 37. Ver com maiores detalhes o Relatório Final do 34º Congresso do Andes.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

- 1º) Se na **base** não houver um debate exaustivo sobre os debates e deliberações ocorridos no 34º Congresso do Andes, direção e base, terão enormes dificuldades de unidade na ação;
- 2º) Entre as pautas de luta e formas de ações supracitadas devemos debater exaustivamente na **base** o que é TÁTICO⁴ no momento atual diante do movimento mais geral da crise do capital com o movimento mais singular expresso nas demandas locais da UFRPE.

Recife, 19 de Março de 2015.

Flávio Dantas A. Melo
Observador/suplente da ADUFERPE-Seção Sindical do ANDES-SN/Recife
Departamento de Educação

⁴ Considerando as condições de trabalho e salário de nossa categoria, um balanço da filiação do ANDES à CSP-Conlutas na base da categoria, da avaliação da Campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberania do Sistema Política, dos atuais cortes no orçamento dos serviços públicos, das medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores para favorecer o superávit primário (ações que vão na contramão do mandato dado pela maioria do povo).

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Nome da delegada: Jaqueline Bianque de Oliveira

Forma e data da escolha das(os) delegadas(os): Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2015

Denominação do evento: 34º Congresso do ANDES-SN

Organização do evento: Diretoria do ANDES-SN

Tema do evento: “Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”

Período de realização: 23 a 28 de fevereiro de 2015

Lugar do evento: ParlaMundi da LBV, Brasília

Conjuntura e centralidade da luta 2015:

O evento, instância máxima de discussão e deliberação do ANDES-SN, ocorreu em uma conjuntura bastante adversa para os trabalhadores, marcada pela retirada de direitos (Medidas Provisórias 664 e 665). Para enfrentar esses ataques, o fortalecimento da CSP-Conlutas e a unidade com os SPF são imprescindíveis para a construção do Plano de Lutas para 2015. Neste sentido, como atividade incorporada ao evento, ocorreu no dia 25/02 em frente ao MPOG, o ato de lançamento da campanha salarial unificada dos SPF, convocado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF.

Foi aprovada como centralidade da luta para 2015 “avançar na organização dos docentes e na unidade com movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais para enfrentar a mercantilização da educação e intensificar a luta pela valorização do magistério, combatendo as políticas neoliberais e defendendo intransigentemente os direitos dos trabalhadores”.

Apesar dos grandes desafios, o debate em torno da centralidade da luta e do plano de lutas foi morno e evidenciou um excesso de prudência em relação aos enfrentamentos necessários para a luta, em detrimento da ação direta, proposta por algumas correntes existentes no sindicato.

Participaram do evento 71 seções sindicais, 339 delegados, 62 observadores e 7 convidados. Merece destaque as mudanças ocorridas (aprovadas no 59º CONAD) na

dinâmica das plenárias, onde somente foram apreciados os TR discutidos nos grupos mistos, o que conferiu certa agilidade ao evento.

Tema do relatório:

Tema III - Plano de lutas dos setores das IFES, IEES/IMES e IPES

Principais deliberações do Setor das IFES:

As principais deliberações foram a defesa do caráter público da educação e a garantia da função social da universidade em prol da classe trabalhadora, o projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal, condições de trabalho e salário, e a luta contra a reforma da previdência com a revogação das Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014.

Também foi aprovado o cronograma de lutas, visando a construção da greve unificada dos SPF:

- entre 02 e 06 de março: protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério de Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação;
- 06 de março: Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e a EBSEH;
- mês de março: Jornada de Luta dos SPF nos estados, com discussão sobre indicativo de greve unificada dos SPF;
- mês de março: InformANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria;
- de 16 a 25 de março: rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para:
 - ✓ discutir a mobilização da categoria para a construção da greve nas IFE para que seja avaliada na reunião do Setor nos dias 28 e 29
 - ✓ atualizar a pauta local
 - ✓ discutir a realização de um dia de paralisação na jornada de lutas dos SPF em abril
- dias 28 e 29 de março: reunião do setor das IFES, em Brasília, pautando a mobilização da categoria docente e a definição das estratégias de luta e negociação;
- 07, 08 e 09 de abril: jornada nacional de lutas, em Brasília, com discussão sobre indicativo de greve dos SPF

Também foi referendada a pauta unificada dos SPF para 2015, com a incorporação da agenda de lutas dos SPF ao calendário de ações do Setor das IFES:

- 1- Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias
- 2- Índice linear de 27,3%
- 3- Data-base 1 de maio
- 4- Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT)
- 5- Paridade salarial entre ativos e aposentados
- 6- Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores
- 7- Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores
- 8- Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes
- 9- Anulação da reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares
- 10- Extinção do fator previdenciário
- 11- Incorporação de todas as gratificações produtivistas
- 12- Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores
- 13- Concurso público pelo RJU
- 14- Combate a toda forma de privatização
- 15- Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
- 16- Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais
- 17- Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial
- 18- PEC 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez
- 19- Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira
- 20- Pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH

Principais deliberações do Setor das IEES/IMES:

Em uma conjuntura marcada pela greve das universidades estaduais do Paraná, as principais deliberações aprovadas versam sobre:

- 1- Construir, onde não existam, ou fortalecer, onde já existam, fóruns dos três segmentos acadêmicos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) nas/das IEES/IMES, com o fim de fortalecer lutas unitárias, em articulação com os trabalhadores terceirizados destas IES;

- 2- Lutar contra os processos de avaliação docente orientados pelo produtivismo, oriundos seja das administrações das Instituições de Ensino Superior (IES), seja das agências de fomento e outros agentes, defendendo parâmetros qualitativos;
- 3- Realizar, no segundo semestre de 2015, o Encontro do Setor das IEES/IMES e um Seminário Nacional para debater expansão, multicampia, precarização, financiamento, entre outros temas;
- 4- Realizar um Dia Nacional de luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 27 de maio de 2015;
- 5- Defesa da carreira, utilizando como subsídio o Caderno 2 do ANDES, com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

Principais deliberações do Setor das IPES:

Foi deliberado que as secretarias regionais se encarregarão de:

- 1- Realização de eventos para discutir temas educacionais dirigidos ao cotidiano docente do Setor das IPES;
- 2- Verifiquem em seus respectivos estados:
 - 2.1. se ocorreram iniciativas de discussão e denúncia, em particular nas Assembleias Legislativas, acerca de desrespeito aos direitos trabalhistas de docentes e aos direitos dos estudantes das IPES receberem um ensino de boa qualidade;
 - 2.2. nos casos em que foram instaladas CPIs sobre esta temática, por exemplo, em São Paulo (ALESP) e no Rio de Janeiro (ALERJ), pressionem para que as denúncias confirmadas resultem em ações efetivas do poder público contra as IPES implicadas, por meio de pedidos de realização de audiências públicas nas comissões de educação, entre outras formas de pressão política.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

As deliberações do 34º Congresso do ANDES-SN relativas ao setor das IFES apontam para a necessidade de uma intensa mobilização dos docentes da UFRPE em torno dos eixos centrais de luta, principalmente no tocante a:

- 1- enfatizar as distorções e as consequências na carreira devido à implantação das Leis 12.772/12 e 12.863/13, utilizando como referência para as discussões a proposta de carreira do ANDES;
- 2- aprofundar a discussão sobre o Reconhecimento sobre Saberes e Competências (RSC) e seus impactos na carreira da EBTT;

- 3- evidenciar as perdas salariais oriundas das distorções salariais impostas pelas Leis 12.772/12 e 12.863/13, enfatizando também as perdas que a carreira docente do governo tem imposto aos professores aposentados, exigindo o reequadramento destes;
- 4- lutar para que os efeitos financeiros e funcionais das progressões/promoções sejam contados a partir da data em que o docente cumpre o interstício de 24 meses na classe e/ou nível;
- 4- atualizar as pautas locais sobre condições de trabalho, de forma a denunciar os problemas de infraestrutura.

Os desafios são muitos, assim como as tarefas para municiar a categoria para a luta, o que exigirá grande esforço por parte da diretoria da ADUFERPE e dos filiados. Neste cenário, não podemos esquecer de considerar a proximidade da eleição da futura diretoria da seção sindical que deverá manter uma linha de atuação classista e autônoma, reconhecendo o ANDES-SN como o único representante da categoria.

Recife, 07 de março de 2015.

**Jaqueline Bianque de Oliveira
ADUFERPE-Seção Sindical do ANDES-SN/Recife
Delegada no 34º Congresso do ANDES-SN**

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Delegado: José Nunes da Silva

Forma e data da escolha das(os) delegadas(os): Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2015

Denominação do evento: 34º Congresso do ANDES-SN

Organização do evento: Diretoria do ANDES-SN

Tema do evento: “Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”

Período de realização: 23 a 28 de fevereiro de 2015

Lugar do evento: ParlaMundi da LBV, Brasília

Temas 01: MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA.

A análise da Conjuntura realizada no 34º Congresso do ANDES-SN apresentou um cenário de ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as em todo o mundo, com o avanço da adoção de políticas neoliberais em diferentes setores públicos (saúde, educação, segurança pública, transporte público, dentre outros) por diferentes governos, como no segundo mandato da Presidente Dilma Roussef, no Brasil.

A crise econômica se intensifica na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, e na educação, se materializa com o avanço dos processos de mercantilização e privatização, beneficiando interesses privados, em detrimento da garantia de direitos sociais e políticos, historicamente conquistados pelos/as trabalhadores/as.

No Brasil, concretamente, esta opção política se materializa no sucateamento das instituições públicas de ensino (em seus diferentes níveis); destinação de fartos recursos públicos para impulsionar e consolidar os setores da educação privada e, inevitavelmente, cortes de direitos trabalhistas (como MP 664 e 665/2014) e arrocho salarial para os/as profissionais da educação.

Esta realidade requer uma reorganização da classe trabalhadora, desafiada a construir novos instrumentos de luta, sobretudo, a partir da cooptação, por parte do governo de frente popular, de entidades de representação histórica da classe, como a Central Única dos Trabalhadores -CUT. Essa reorganização requer ainda uma inserção organizada do Movimento Docente nas lutas gerais da classe trabalhadora, buscando banir de nossos princípios de ação qualquer perspectiva sindical que possa reforçar o corporativismo e a fragmentação das lutas. Buscar a unidade dos/as lutadores/as e suas organizações torna-se tarefa desafiadora neste cenário, do último período da luta de classes.

Assim, partindo de amplo debate, o 34º Congresso do ANDES-SN aprova como centralidade da luta para o ano de 2015:

“Avançar na organização dos/as docentes e na unidade com movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais, para enfrentar a mercantilização da educação;

intensificar a luta pela valorização do magistério; combater as políticas neoliberais, na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores/as”.

Implicações para ADUFERPE:

1. Participar das lutas classistas, colaborando com a consolidação da CSP-Conlutas em Pernambuco e para a construção do Congresso da central;
2. Contribuir para articulação do Fórum Estadual de Educação/PE e Fórum Estadual de Servidores/as Públicos/as Federais/PE;
3. Pautar, junto a base da categoria, o debate sobre a construção de uma greve em 2015 que defenda melhorias nas condições de trabalho e estudo; melhorias salariais e o fortalecimento do caráter público, laico e socialmente referenciado da educação;
4. Realizar campanhas e outras estratégias de luta pela revogação das MPs 664 e 665/2014;
5. Denunciar e lutar pela reversão do corte de 7 bilhões de reais, efetivado pelo Ministério da Educação, no orçamento de custeio das universidades públicas.

Recife, março de 2015.
José Nunes da Silva
Departamento de Educação UFRPE-Recife
Delegado da ADUFERPE - Recife

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Observadora/suplente: Laurileide Barbosa da Silva

Forma e data da escolha da observadora: A forma de escolha foi por votação em Assembleia local realizada no dia 14/01/2015, no Auditório da ADUFERPE- Ssind.

Denominação do evento: 34º Congresso do ANDES-SN

Organização do evento: ANDES

Tema do evento: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES: AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DOS DOCENTES E ENFRENTAR A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Período de realização: 23 a 28 de fevereiro de 2015

Localidade do evento: Auditório da Legião da Boa Vontade (LBV) - Brasília-DF.

TEMA 4 – Questões organizativas e financeiras

Conjuntura:

Todas as análises da conjuntura foram unânimes de que 2015 será um ano difícil para a classe trabalhadora, particularmente para os/as docentes das IFE, apontando que a luta política poderá se apresentar em três alternativas: enfrentamento direto através da greve, reforma política para garantir conquistas por dentro do congresso nacional e por último construção coletiva da pauta de reivindicações com o conjunto dos SPFs. Ficou evidente, nos vários grupos de discussão, que a insatisfação com o corte de 30% no orçamento, destinado para a educação brasileira, acarretará o aprofundamento da precarização das condições de trabalho do corpo docente e da educação como um todo. Além disso, foi recorrente o “despreparo” da diretoria nacional do ANDES- SN na condução das reivindicações dos delegados/as e observadores/as participantes do 34º Congresso do ANDES-SN, sinalizando, muitas vezes, um posicionamento contrário à construção da greve nacional dos/as docentes das IFE.

Discussão e deliberações aprovadas:

No tema 4, que abordou especificamente as questões organizativas e financeiras, as discussões giraram em torno do enraizamento da CSP-Conlutas e da proposta de

reestruturação na forma de composição da diretoria nacional do ANDES. A questão do enraizamento da CSP-Conlutas nas seções sindicais do ANDES se tornou um assunto tão premente que foi deliberado a realização de um CONAD EXTRAORDINÁRIO constituído por apenas essa única pauta, tendo em vista também a preparação/formação política para a participação de delegados/as do ANDES no 2º Congresso da CSP-Conlutas, que será realizado em junho, em Brasília.

No que se refere à composição da diretoria nacional do ANDES, depois de muito debate sobre participação, democracia e representatividade, foi decidido permanecer com a mesma composição, mas que esse problema deveria ser aprofundado no 60º CONAD.

Dentre as questões menos polêmicas destacam-se: a prestação de contas do 59º CONAD, as contribuições ao fundo único, o apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes e à auditoria cidadã da dívida, a forma de divulgação/distribuição da revista Universidade e Sociedade.

Para finalizar foi decidido que o 35º Congresso do ANDES deverá acontecer em Curitiba/PR.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

Do ponto de vista quantitativo a participação da delegação da ADUFERPE no 34º Congresso do ANDES foi interessante. Tivemos a oportunidade de participar de todos os grupos mistos que discutiram os textos de resolução para deliberações no Congresso, além de conviver com outros professores das unidades acadêmicas da UFRPE. Do ponto de vista qualitativo/político precisamos discutir melhor o caderno de texto com a nossa base docente, inclusive contribuir com textos de resolução para os próximos Congressos. Precisamos promover debates sobre a conjuntura nacional e particularmente sobre a CSP-Conlutas, uma boa oportunidade para o debate é sediar os eventos que serão promovidos pela Regional sobre precarização das condições de trabalho e da educação como um todo.

Recife, 23/03/2015.

Laurileide Barbosa da Silva

Observadora/suplente da ADUFERPE-Seção Sindical do ANDES-SN/Recife

Departamento de Ciências Domésticas

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Nome do observador/suplente: Nilson Felix da Silva

Forma e data da escolha das(os) observadoras(es)/suplente: Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2015

Denominação do evento: 34º Congresso do ANDES-SN

Organização do evento: Diretoria do ANDES-SN

Tema do evento: “Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”

Período de realização: 23 a 28 de fevereiro de 2015

Aos 24 de fevereiro de 2015 deu-se início ao 34º Congresso do Andes Sindicato Nacional, no auditório da LVB Parlamundi em Brasília- DF. A delegação da Aduferpe chegou para os devidos credenciamento às 11h do dia 23/02/2015, segunda-feira. Em seguida teve início os trabalhos com abertura e plenária de instalação das 10h às 13h. Das 15h às 19h plenária do Tema I, à noite foi livre. No dia 24/02/2015, terça-feira das 09 às 12h Grupos mistos, Tema II Proposta da Mesa Tr: 45 suprimida, 47 suprimida, TR 56 aprovada com modificação, onde fiquei localizado na sala 3S sala 3. No grupo misto composto por quatro observadores e 26 delegados. A mesa conhecia quase todos os delegados a maioria da UFRJ, os outros da UFRG, USP, centralizando as falações, deixando os demais sem espaço para interferir, visando aprovar as Tr de suas preferências combinando com as Tr da diretoria do Andes, sendo visível durante toda a tarde. Um professor da UFBA tentava a todo custo colocar abaixo as votações, mas sem sucesso pois era da corrente o Trabalho, que em suma defendia a CUT. Sendo derrotado em suas propostas, deixando logo em seguida o local indo confabular fora da sala, o que se passava com os seus pares para confirmar o feito. Em uma manhã foram aprovados duas TR com modificação Tr:16, 13, foram distribuídos dois textos 66 Tema II, Políticas sociais e plano Geral de Lutas, texto 65 que visava tema II, Políticas Sociais e plano geral de lutas, 67 tema Políticas sociais e plano de Lutas, devido ao entendimento de prioridade da metodologia a ser seguida quase toda manhã foi usada em duas horas de debates intensos para o início dos trabalhos. Foi observado uma certa imposição da mesa quanto a metodologia a ser encaminhada naquele grupo. Chegando perto da seguridade social e voltando quase todo tempo nas Tr da Diretoria do Andes questão vista a olhos largos por todos. Sendo votado o tempo de 1 hora para o encerramento do grupo misto tema II. Ou seja 19h. Dia 25/02/2015 onde saímos do Nauon Hotel às 08h 30min em caminhada a passos largos em direção a Esplanada dos Ministérios, Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão ao encontro dos demais trabalhadores federais tentar uma audiência com o ministro. Chegando lá foram apresentados os militantes professores vinculados ao ANDES Sindicato Nacional. Palavras de ordem, banderão, cantigas, falações de companheiros dos desempregados da Petrobras, falação de representantes do nosso sindicato, CSP- Conlutas. A espera pelo ministro, que nestas ocasiões sempre está em reunião, não atendendo ninguém, ficando portanto sem o encontro, mas formando a base dos trabalhadores em busca de suas melhorias. Informo ainda que a CUT estava com duas bandeiras enroladas por dois militantes, mas sem participação nenhuma no ato, só presencial. Logo em seguida, foi realizado pela CSP--Conlutas uma avaliação do encontro. O representante foi ao carro de som e falou o que tinha acontecido no Ministério, em seguida houve o encerramento

do ato, todos os militantes fomos almoçar em frente a sede do Andes. Seguimos depois para o hotel. Retomada dos trabalhos. Das 15h às 19h Grupo misto tema III Proposta da mesa, Tr: 25,26,27,e 26 , 28 federais, 29 estaduais, 30 particulares. Observações: neste dia, o debate ficou evidenciado que os representantes do ANDES no grupo três foi mais visível uma vez que intervia constantemente nas falas de alguns delegados. Pelo Andes Jacó, Luiz Mauro pela UFRJ, Soraia UFPB, Paula, UFCE, Marlon Andes, Eblim UFRJ, todos trocavam as opiniões combinadas, dando um efeito rápido na aprovação das Trs a 25 ficou mais evidenciada neste bloco que era de suma importância nos setores das federais. Foi aprovada no âmbito STF, e aprovada em sua totalidade. Em todos os dias nos grupos foi acrescido em 1h o encerramento. Dia 26/12/2015 foi o dia mais intenso do congresso: Com muito debate entre os temas IV, II,II que teve maior tempo nas conduções das mesmas. Tr 35,36,62: aprovadas por ampla maioria do grupo, TR 61, 44 suprimida, acontecendo a mesma tática da diretoria do Andes, levando em conta a importância das mesmas Trs aprovadas e suprimidas. Plenária do Tema II das 14h às 22h30min onde foi sistematizados os trabalhos já realizados em grupos e levados para votação final, com aprovação e reprovação respectivamente. No dia 27/02/2015 Plenária do tema III, IV , nos dois primeiros horários, ficando com debates longos, polêmicos, complexos e dignos de serem aprovados ou rejeitados devido ter apresentado uma sistematização mais clara das Trs . Dia 08/02/2015 Plenária do tema IV seguiu toda metodologia anterior, continuando com a plenária de encerramento que devido a elaboração e digitação do meu relatório participativo não fiz o acompanhamento. Avaliação Política do congresso Andes 34º achei uma forte raiz do CSP – Conlutas bastante explícita na base do Andes. Corrente coletivo se aprimorando, CUT sem nenhuma participação quer no ambiente de base, quer no ambiente de atos e participações mais expressivas com o governo junto a Corrente o trabalho, juntos com Proifes.

Recife, março de 2015.

Nilson Felix da Silva

**Departamento de Educação Física- *campus* UFRPE/Dois Irmãos
Observador/suplente da ADUFERPE - Recife**